PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÁPOLIS (SP)
CONCURSO PÚBLICO 01/2016
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

OSMAR MENDANHA DIAS, Prefeito do Município de Suzanópolis (SP), através da Comissão do Concurso Público, nos termos da legislação vigente, torna público a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização do Concurso Público nº. 001/2016. destinado a selecionar candidatos para contratação de:

Coordenador Pedagógico, Fisioterapeuta, Diretor de Escola, Professor III – Especialista de sua área específica (Prof. Artes), Professor III – Especialista em sua área Específica (Prof. Educação Física), Orientador Social e Médico PSF da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP), regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzanópolis – SP.

1. - Este Concurso público, de acordo com a legislação que trata da matéria, bem como por este Edital, será executado pela JBO-ASSESSORIA CONTÁBIL E PESQUISA S/C LTDA e destina-se a selecionar candidatos para provimento de Cargos da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP). O Concurso Público consistirá na avaliação de conhecimentos e habilidades, mediante a aplicação de Provas Objetivas, para o cargo de acordo com a especificidade do Cargo e em conformidade com o estabelecido neste Edital.

1.1. As Provas Objetivas serão realizadas na cidade de Suzanópolis (SP), em datas já especificadas neste **Edital, horário e local a serem divulgados conforme estabelecido no item 4 – Da Divulgação deste Edital.**

1.2. O Concurso destina-se ao provimento de vagas existentes, ou a vagar, dos seguintes Cargos do Quadro da Prefeitura, observando-se que o número de vagas poderá ser preenchido, dentro do prazo de validade do Concurso ou da prorrogação, conforme relação a seguir:

DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO e TAXA DE INSCRIÇÃO.

Professor III – Especialista em sua área Específica (Prof. Educação Física) e Orientador Social

CARGO	Nº. DE VAGAS	SALÁRIO R\$	CARGA HORÁRIA	EXIGÊNCIAS/ REQUISITOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
Coordenador Pedagógico	01	2.679,45	40 horas semanais	Licenciatura plena em Pedagogia com diploma fornecido por Instituição Reconhecida pelo MEC e, no mínimo 02 (dois) anos de exercício docente ou de coordenação ou direção .	R\$ 80,00
Fisioterapeuta	01	3648,09	30 horas semanais	Curso superior em Fisioterapia e registro no CREFITO	R\$ 80,00

Diretor de Escola	01	3256,84	40h semanais	Licenciatura plena em Pedagogia com diploma fornecido por Instituição Reconhecida pelo MEC e, no mínimo 02 (dois) anos de exercício docente ou de coordenação ou direção .	R\$ 80,00
Professor III – Especialista de sua área específica (Prof. Artes)	01	2.025,76	30h semanais	Habilitação específica com licenciatura em Artes, com diploma fornecido por instituição reconhecida pelo MEC.	R\$ 50,00
Professor III – Especialista de sua área específica (Prof. Educação Física)	01	2.025,36	30h semanais	Habilitação específica com licenciatura em Educação Física, com diploma fornecido por instituição reconhecida pelo MEC.	R\$ 50,00
Orientador Social	01	1.789,01	40h	Ensino Médio Completo	R\$ 50,00
Médico PSF	01	8.904,38	20h	Curso superior em Medicina e Registro no CRM	R\$ 80,00

2. DAS VAGAS

- 2.1.** A contratação dos candidatos, observada a ordem de classificação final, far-se-á pela Prefeitura Municipal de Suzanápolis - (SP), quando do surgimento das vagas durante o prazo de validade deste concurso, RAZÃO PELA QUAL, O PRESENTE EDITAL APENAS INFORMA O NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEL NESTA DATA.
- 2.2.** Das vagas para Portadores de Deficiências Especiais:-
- 2.2.1.** Fica assegurado, às pessoas portadoras de deficiências especiais o direito de inscreverem-se para os cargos em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, devendo ser observados os procedimentos específicos previstos para o ato de inscrição, para que possa fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.
- 2.2.2.** Consideram-se portadores de necessidades especiais aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.
- 2.2.3.** O candidato portador de necessidades especiais estará sujeito a avaliação pelo desempenho das funções inerentes ao respectivo cargo, para efeito de admissão.
- 2.2.4.** Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais concursados não portadores de necessidades especiais, com restrita observância da ordem classificatória.
- 2.2.5.** As pessoas portadoras de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu

art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de avaliação de aprovação, ao dia, horário, duração, local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

2.2.6. Aqueles que portarem algum tipo de necessidade especial e desejarem prestar o concurso nesta condição, deverão indicar esta condição na ficha de inscrição e, em não o fazendo, não concorrerão em listagem apartada. A JBO - ASSESSORIA CONTÁBIL E PESQUISA S/C LTDA remeterá à Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP), a referida listagem, bem como a relação dos candidatos que solicitarem prova especial e o tipo de prova solicitada.

2.2.7. O Candidato deverá encaminhar via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento para a JBO - ASSESSORIA CONTÁBIL E PESQUISA S/C LTDA, Quadra 11, Casa nº 25, Indiaporã - SP, CEP – 15.690.000, na via original ou cópia reprográfica autenticada, até o terceiro dia útil após o encerramento das inscrições, considerando-se a data da postagem, os comprovantes abaixo relacionados:

- a. Laudo Médico, com data de no máximo 01(um) ano, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adequação de prova.
- b. Se o candidato necessitar de prova especial **deverá fazer a solicitação juntamente com o envio do laudo médico**, especificando qual o tipo de prova necessária: em braile, ampliada ou outro tipo de prova especial, com auxílio de leitor.
- c. Se o candidato possuir deverá enviar com o Laudo Médico, um exame clínico específico sobre sua deficiência (exemplo: audiometria).
- d. Cópia da Inscrição paga.

2.2.8. O não envio do Laudo Médico e demais documentos solicitados no subitem 2.2.7, dentro do prazo fixado, excluirá o candidato da listagem de portadores de necessidades especiais, passando o mesmo a concorrer apenas na listagem geral de candidatos.

2.2.9. A não solicitação de prova especial eximirá a JBO - ASSESSORIA CONTÁBIL E PESQUISA S/C LTDA e a Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP) de qualquer providência, perdendo o candidato o direito a prova especialmente preparada, seja qual for o motivo alegado.

2.2.10. Aos deficientes visuais (cegos) que fizerem a solicitação conforme o subitem 2.2.7. serão oferecidas provas com auxílio de leitor e suas respostas deverão ser transmitidas através de um fiscal no cartão ótico, Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção.

2.2.11. Serão oferecidas provas ampliadas aos deficientes visuais(ambliópes) que fizerem a solicitação conforme o subitem 2.2.7.

2.2.12. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não portadores de necessidades especiais e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

2.2.13. A solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

- 2.2.14. O Candidato portador de necessidades especiais que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
- 2.2.15. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas: a primeira contendo a classificação e pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais; a segunda contendo somente a classificação e pontuação destes últimos.
- 2.2.16. Ao ser convocado para investidura no cargo, o candidato deverá se submeter à avaliação por médico do Sistema Único da Saúde - SUS, que fornecerá o laudo comprobatório de sua deficiência e de sua capacidade para o exercício das funções inerentes à vaga para a qual se candidatou, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de necessidade especial ou não, e, o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.
- 2.2.17. Será eliminado da lista de portadores de necessidades especiais o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não for constatada, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 2.2.18. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de mudança ou readaptação da função ou aposentadoria.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

A síntese das atribuições de cada Cargo deste Concurso consta no **Anexo I deste Edital**

4. DA DIVULGAÇÃO

A Divulgação oficial referente a este Concurso Público se dará em forma de Edital e/ou Avisos publicados através dos seguintes meios e locais:

- 4.1. No Jornal de "A VOZ DO POVO, de Ilha Solteira- SP
- 4.2. Nos Quadros de Publicação da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP)
- 4.3. No Site da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP)
www.suzanapolis.sp.gov.br/

1. DAS INSCRIÇÕES

1. DAS INSCRIÇÕES

1. PERÍODO, HORÁRIO E LOCAL:

As inscrições ficarão abertas, no período das: **09:00 horas do dia 02 de maio de 2016 às 16:00 horas do dia 13 de maio de 2016**, e serão feitas exclusivamente via internet, site <http://www.jbosolucoes.com.br>, devendo para tanto o interessado proceder da seguinte forma:

- Acesse o site <http://www.jbosolucoes.com.br>, na área de Concurso Público inscrições abertas, localize o Concurso público 001/2016 Prefeitura Municipal de Suzanópolis – SP e clique no link acessar.
- Em seguida será carregado uma página com informações do concurso, localize a opção de **Inscrições On-Line** e clique no link acessar.
- Em seguida será carregado uma página para preenchimento dos dados dos candidatos e nesta mesma página ele irá escolher o cargo pretendido.
- Após o preenchimento de todas as informações marque a opção de confirmação dos dados e do e-mail clique no botão CADASTRAR.

- e. Na sequência imprima o comprovante de inscrição onde vai conter as informações para o pagamento da taxa de inscrição, que devera ser pago até a data de vencimento do boleto gerado.
- f. OBS: O boleto e a ficha de inscrição será enviado para o e-mail informado no cadastro, atenção na hora de digitar o e-mail.

5.1.1 A taxa de Inscrição deverá ser pago junto a qualquer agência através do pagamento de boleto bancário gerado quando da inscrição e somente em moeda corrente nacional, conforme informações contidas no comprovante de inscrição.

5.1.2. O comprovante de pagamento deve ser apresentado junto com a ficha de inscrição no dia da prova.

4.4.São condições de inscrição:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português nas condições previstas pelo Decreto 70.436/72;
- b) ter idade igual ou superior a 18 anos, na data da posse;
- c) não ter antecedentes criminais que o incompatibilize com o exercício da função-atividade;
- d) ter capacidade física e mental;
- e) ser eleitor e possuir o respectivo título devidamente regularizado;
- f) ter idoneidade moral;
- g) ter cumprido as obrigações com o Serviço Militar, quando do sexo masculino;
- h) ter habilitação específica para a função pleiteada conforme Item 1.4 do presente edital (do cargo);

4.4.1. Para inscrever-se o candidato deverá apresentar-se no local indicado no item 5.1, munido de Cédula de Identidade (original ou fotocópia autenticada) e CPF, do comprovante de recolhimento do pagamento da taxa de inscrição e preencher o requerimento de inscrição.

4.4.2. Será tornada sem efeito a inscrição ao **Concurso Público 001/2016**, sem prejuízo de providências no âmbito legal, se ficar demonstrado que o candidato inseriu declarações falsas na ficha de inscrição.

4.4.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e nas Instruções Especiais, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.4. A apresentação dos demais documentos comprobatórios das condições mencionadas no item 5.3 será feita pelo candidato, obrigatoriamente, por ocasião posse, sob pena de perda do direito à contratação e convocação imediata do candidato classificado na sequência.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.1. O candidato deverá ter 18 anos completos até a data posse. É vedada a inscrição condicional ou extemporânea.

5.2. O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato para ser apresentado juntamente com o documento de identidade com foto recente e CPF no local de realização das provas.

5.3. Será permitido número livre de inscrições, mas a Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP) e a JBO- Assessoria Contábil e Pesquisa S/C Ltda. ME não

responsabilizarão por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.

- 5.4. Não será aceita inscrição via postal, por fac-símile e/ou outra forma que não a estabelecida neste Edital.
- 5.5. O Candidato terá sua inscrição provisória homologada somente após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.6. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Formulário de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, podendo o candidato responder às consequências legais.
- 5.7. O pagamento das taxas de inscrições deverá ser feito à vista e em moeda corrente nacional (reais).
- 5.8. Não haverá devolução da importância paga, ainda que a maior ou em duplicidade, seja qual for o motivo alegado, exceto no caso de não ocorrer o Concurso Público.
- 5.9. Não serão aceitos pedidos para alteração de cargos.
- 5.10. O deferimento das inscrições dependerá do correto preenchimento do documento de inscrição pelo candidato, devendo o mesmo indicar a forma de contato para dirimir eventuais dúvidas.

6. DA FORMALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 6 do presente Edital serão aceitas pela Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP), significando tal ato que o candidato está habilitado para participar de todas as fases deste Concurso Público.
- 6.2. Serão indeferidos os recursos de inscrições que apresentarem vícios de forma ou que contrariarem o disposto no item 06.
- 6.3. A não apresentação do recurso no prazo estabelecido ou o indeferimento do mesmo importará no cancelamento do pedido de inscrição e na consequente eliminação do candidato do presente Concurso Público.
- 6.4. Eventualmente, por qualquer que seja o motivo, se o nome do candidato que efetuou o pagamento da taxa de inscrição, na forma prevista neste Edital, não constar nas listas afixadas nos locais da prova, será o mesmo encaminhado até a sala especial. Nessa oportunidade, o candidato será incluído na lista e poderá participar do Concurso Público mediante apresentação do respectivo comprovante de pagamento da taxa de inscrição no dia da aplicação da prova, de documento original de Identidade com foto e com o preenchimento de formulário específico.

7. DAS PROVAS

- 7.1. O Concurso Público consistirá de exames de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de Provas Objetivas de caráter eliminatório e classificatório. A prova objetiva terá 30 questões objetivas de múltipla escolha, contendo cada questão 04 (quatro) alternativas identificadas pelas letras 'a', 'b', 'c' e 'd', sendo somente uma alternativa correta. As 30 questões da prova objetiva, serão divididas em conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática e conhecimentos específicos de cada área.
 - 7.1.1. Tipos de Prova, conforme o cargo e seu valor em pontos:
 - 7.1.2. Para todos os cargos, as Provas serão objetivas, valendo trinta pontos.
 - 7.1.3. Estará desclassificado o candidato que zerar em qualquer uma das disciplinas.

7.2. Da classificação na Prova Objetiva: estará aprovado na Prova Objetiva somente o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos do seu Cargo.

7.3. Da classificação na Prova Objetiva: serão classificados somente os candidatos aprovados e a respectiva classificação observará a ordem numérica decrescente da pontuação individualmente alcançada, considerando-se em primeiro lugar o candidato que obtiver a maior soma de pontos e assim sucessivamente.

7.4. Os Conteúdos e Sugestões Bibliográficas utilizados na elaboração das Provas Objetivas constam no **ANEXO II**.

7.5. **A Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) e a JBO-Assessoria Contábil e Pesquisa S/C Ltda. não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas que possam ser comercializados, referentes a este Concurso Público.**

7.6. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA PROVA OBJETIVA:

7.6.1. **As Provas Objetivas serão realizadas dia 05 DE JUNHO DE 2016,** na escola Municipal Anésio Pereira de Souza, cito a Rua Sete de Setembro s/n no município de Suzanápolis com início as 09 horas.

7.6.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **30 (trinta)** minutos antes do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original e CPF.

7.6.3. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais, expedidas por órgão público que, por lei federal, tenham validade como identidade; carteira de trabalho; e Carteira Nacional de Habilitação, com fotografia, expedida nos termos da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997.

7.6.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

7.6.5. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

7.6.6. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

7.6.7. Não será permitido o ingresso do candidato na sala de provas sem os documentos exigidos neste edital e nem será permitido ao mesmo aguardar que alguém lhe entregue os documentos após o horário fixado para o início da prova.

7.6.8. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, legislação comentada ou anotada, súmulas, livros doutrinários e manuais.

- 7.6.9. Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de equipamentos mecânicos, eletrônicos ou ópticos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados, informações ou similares.
- 7.6.10. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas.
- 7.6.11. Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas implicará na eliminação automática do candidato.
- 7.6.12. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas, uma hora após o início.
- 7.6.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.
- 7.6.14. Nos dias de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação das provas.
- 7.6.15. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a realização de quaisquer das provas:
- usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;
 - for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - utilizar-se de máquinas de calcular ou equipamentos similares, livros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou pagers, ou que se comunicar com outro candidato;
 - faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou candidatos;
 - fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer meio que não os permitidos;
 - afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou caderno de questões;
 - descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na folha de respostas;
 - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- 7.6.16. A inviolabilidade das Provas Objetivas será comprovada na sala de aula antes do seu início, no momento do rompimento do lacre do envelope das provas, que ocorrerá na presença dos candidatos presentes.
- 7.6.17. O tempo máximo de duração da Prova Objetiva será de 02:30 (duas horas e trinta minutos).
- 7.6.18. **No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer anormalidade de prova trocada, ou seja, lhe for entregue prova de outro cargo, ou anormalidade gráfica ou irregularidade na formulação da questão, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala, que consultará a coordenação do Concurso Público, encaminhando solução imediata ou fazendo anotar na folha de ocorrências para posterior análise da banca examinadora.**
- 7.6.19. **Sempre que o candidato observar a anormalidade prevista no item 8.7.18 deste Edital, deverá manifestar-se no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso.**

- 7.7. Será atribuída pontuação zero à questão da prova Objetiva que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada no Cartão, bem como emenda ou rasura.
- 7.8. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para a sua correção. O preenchimento do Cartão de Respostas e a sua devida assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas nas instruções gerais do Caderno de Questões.
- 7.8.1. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.
- 7.9. Ao terminar a Prova Objetiva, o candidato entregará ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente, o Cartão de Respostas devidamente assinado, bem como o caderno de questões objetivas.

8. DOS RESULTADOS E RECURSOS

- 8.1. O Gabarito Oficial da prova Objetiva será divulgado pelos meios apontados no item 4 - Da Divulgação, em até 03 (três) dias úteis após a realização da Prova Objetiva.
- 8.2. Os resultados das Provas Objetivas e da classificação final serão divulgados através de Editais ou Avisos, conforme disposto no item 4 - Da Divulgação, deste Edital.
- 8.3. Quanto aos recursos, os candidatos poderão interpor nas fases do Concurso Público denominadas DA INSCRIÇÃO E DO GABARITO, no prazo de **02 (dois) dia úteis**, isto é; a partir do dia subsequente ao do EDITAL DE SUA DIVULGAÇÃO, de cada uma dessas fases.
- 8.4. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público, mediante requerimento encaminhado através de protocolo, à Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP), contendo nome completo e número de inscrição do candidato, indicação do Cargo que concorre, objeto da solicitação, e exposição de motivos e argumento com fundamentação circunstanciada.
- 8.5. Os recursos poderão ter formatos livres, porém deverão ser legíveis e apresentados dentro do prazo estabelecido neste edital.
- 8.6. Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fac-símile ou por qualquer outro meio que não os previstos neste edital.
- 8.7. Serão indeferidos os recursos que não atenderem os regramentos aqui estabelecidos.
- 8.8. No caso de provimento do recurso interposto dentro das especificações, esse poderá, eventualmente, alterar a nota ou a ordem de classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior ou ainda ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação.
- 8.9. Eventuais alterações de gabarito, após análise de recursos, serão divulgadas conforme item 4 – Da Divulgação.
- 8.10. A Comissão Examinadora do presente concurso, consiste na última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais.

9. DA PONTUAÇÃO FINAL

9.1. As listas dos candidatos habilitados serão publicadas em Edital, nos horário e local a serem divulgados conforme estabelecido no item 4.

9.2. Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação final, o desempate será feito de acordo com os seguintes critérios:

- I. Na situação em que o candidato possuir idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, em atendimento à Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) será classificado primeiro, o candidato que possuir maior idade;
- II. Na situação em que nenhum dos candidatos possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, serão adotados, os seguintes critérios de desempate, em ordem:

a. o mais idoso dentre os candidatos com idade inferior a 60 anos.

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. Obedecidos os critérios estabelecidos no item 10 anterior, sobre a pontuação final (item 11) e aplicados os critérios de desempate conforme item 11, todos deste Edital, será obtido o resultado final do Concurso Público.

12. DO PROVIMENTO DAS VAGAS

12.1. O provimento dos Cargos dar-se-á de conformidade com as necessidades e possibilidades da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP) e obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

12.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu endereço junto à Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP). Os aprovados que vierem a ingressar no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP), estarão sujeitos à jornada de trabalho correspondente ao que este preceitua, inclusive com as alterações que vierem a se efetivar, bem como poderão ser convocados para laborar em regime de plantão para o bom desempenho do serviço..

12.3. Ficam comunicados os candidatos classificados que a posse no cargo só lhes será dada se atenderem às exigências a seguir:

- a)** ter sido aprovado no presente Concurso Público;
- b)** ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi conferida a igualdade, nas condições previstas no Decreto Federal nº 70.391, de 12/01/72;
- c)** estar quite com as obrigações eleitorais;
- d)** estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- e)** possuir escolaridade mínima exigida em cada Cargo, na data da posse, conforme subitem 1.4 deste Edital;
- f)** ter 18 (dezoito) anos completos na data d a posse do cargo a que o candidato concorre;
- g)** não estar incompatibilizado com investidura do Cargo, inclusive em razão de demissão por atos de improbidade, comprovados por meio de sindicância e ou inquérito Administrativo, na forma da Lei;
- h)** possuir a habilitação necessária para o exercício do cargo;
- i)** ser considerado apto nos exames clínicos e complementares;
- j)** se deficiente físico, apresentar laudo médico da deficiência de que é portador;

- k) no ato da admissão, o candidato deverá apresentar o seu comprovante de inscrição e regularidade no órgão de classe da sua profissão;
- l) não contar com idade superior a 70 (setenta) anos;
- 12.4. Será eliminado o candidato que não se apresentar, quando da convocação para contratação, certificado ou diploma do curso específico para o Cargo a que concorre, mesmo que tenha sido aprovado nas demais fases do Concurso Público;
- 12.5. É obrigatório ao candidato, no momento de sua convocação para a contratação, apresentar o seu certificado/diploma do curso específico para o Cargo a que concorre, destacando-se que tais documentos não pontuam.
- 12.6. O Diploma poderá ser substituído por certificado de Conclusão ou de Colação de Grau expedido por Instituição competente e com firma reconhecida da autoridade signatária.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E DA VALIDADE

- 13.1. O resultado final será divulgado por Cargos, ou seja, cada cargo, decorridos os prazos para interposição de recursos.
- 13.2. O resultado será homologado pela Prefeitura, publicado através de Edital ou Aviso conforme estabelecido no item 4 - Da Divulgação deste Edital, e conterá os nomes dos candidatos classificados, obedecendo à estrita ordem de classificação.
- 13.3. A validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos a partir da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, dentro do qual a municipalidade poderá efetuar admissão em caso de disponibilidade de vagas, respeitando sempre a ordem classificatória, dentro das possibilidades orçamentárias, desde que autorizado pelo Sr. Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP).

14. DA CONVOCAÇÃO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

- 14.1. A convocação para eventual contratação será feita por Edital a ser publicado no órgão oficial de imprensa do Município da Suzanápolis - SP) conforme **item 4, subitens 4.1 e 4.2** deste Edital, razão pela qual a simples classificação não gera direito adquirido ao preenchimento do número de vagas mencionadas no presente edital, mas haverá expectativa de direito para o chamamento durante o prazo de validade do Concurso Público, estabelecido no subitem 14.3.
 - 14.1.1. O candidato que não comparecer na data, local e horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) ou dispensar a convocação, perderá o direito à admissão, em favor do próximo candidato classificado.
- 14.2. Por ocasião da contratação serão exigidos dos candidatos classificados os documentos relativos à confirmação das condições estabelecidas nos itens 5.3. e 13.4, sendo que a não apresentação de quaisquer deles importará na exclusão do candidato da lista de classificados.
 - 14.2.1. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
 - 14.2.2. É facultado à Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) exigir dos candidatos, na contratação, além da documentação prevista neste Edital, outros documentos comprobatórios de bons antecedentes que julgar necessário.

- 14.3.** O candidato aposentado por aposentadoria especial não poderá ingressar na Prefeitura em cargo/função cujo exercício da atividade infrinja disposição contida na Lei nº 9.032/95.
- 14.4.** No ato da contratação o candidato não poderá estar aposentado por invalidez e nem possuir idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
- 14.5.** No ato da contratação o candidato também não poderá receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou função exercidos perante a União, Estado, Distrito Federal, Município e suas autarquias, empresas ou fundações, conforme preceitua o Art. 37, § 10 da Constituição Federal, com a redação de Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvada as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos ou empregos em comissão.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** A Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) e a JBO - Assessoria Contábil e Pesquisa S/C Ltda. não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e/ou alimentação dos candidatos quando da realização das etapas deste Concurso Público.
- 15.2.** O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexata ao se inscrever, ou que não possa satisfazer todas as condições enumeradas neste Edital, terá cancelada sua inscrição e serão anulados todos os atos delas decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado nas provas e exames ou convocado.
- 15.3.** Os candidatos aprovados neste Concurso Público serão convocados na medida das necessidades de pessoal da Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP).
- 15.4.** Por justo motivo, a critério da Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) a realização de 01 (uma) ou mais provas do presente Concurso Público poderá ser adiada, sem a necessidade de prévio aviso, devendo, no entanto, ser comunicado aos candidatos por novo Edital ou por comunicação direta, as novas datas em que se realizarão as provas.
- 15.5.** O adiamento das provas, as listas contendo os resultados das provas, bem como todas as demais informações sobre o presente Concurso Público serão divulgadas conforme o disposto no item 4 - Da Divulgação, cabendo, no entanto, ao candidato a responsabilidade de manter-se informado.
- 15.6.** A data, local e horário de aplicação da prova objetiva (escrita) serão divulgados oportunamente conforme item 4 do Edital de Concurso Público, **no Jornal de "A VOZ DO POVO", nos Quadros de Publicação da Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP) e no Site da Prefeitura Municipal de Suzanápolis (SP), www.suzanapolis.sp.gov.br.** Por razões de ordem técnica de direito autoral e de segurança, não será fornecido nenhum exemplar ou cópia do caderno de provas a autoridades ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.
- 15.7.** O Foro de Pereira Barreto (SP) será o competente para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital.

OSMAR MENDANHA DIAS
Prefeitura Municipal de Suzanópolis (SP)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÓPOLIS (SP)
CONCURSO PÚBLICO 001/2016
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Atribuição do Coordenador Pedagógico

Espaço: Orientar professores e alunos para o uso dos espaços de leitura, coordenar a criação de murais com dicas e indicações literárias e a criação de varais e toalhas literárias (textos embaixo da mesa do refeitório) e outras estratégias de disseminação da Literatura no espaço da escola.

Materiais / Administrativo / Financeiro: Coordenar, em parceria com professores, bibliotecários e responsáveis pelas salas de leitura, um sistema para empréstimo de livros na escola. Promover campanhas para troca e arrecadação de livros junto à comunidade e outras escolas.

Equipe: Montar um acervo literário adulto para funcionários e professores. Incentivar e orientar funcionários para que se tornem leitores para os alunos em projetos institucionais. Organizar murais com indicações literárias na sala dos professores e gestores. Criar grupos de discussão literária ou um café literário nos intervalos das aulas. Fazer a formação continuada dos bibliotecários e responsáveis pelas salas de leitura.

Comunidade: Orientar as famílias na compra de títulos literários e nas estratégias de leitura em casa. Planejar com os professores tarefas de casa envolvendo a leitura que possam ser feitas em parceria com os pais. Promover visitas a bibliotecas e livrarias com os alunos e as famílias. Organizar saraus, contação de histórias, visita de autores e semanas literárias com a participação das famílias.

Aprendizagem / Tempo: Fazer leituras literárias durante o Horário de Trabalho Coletivo (HTPC). Discutir e orientar os docentes na abordagem e avaliação da leitura das obras literárias e nas estratégias para estimular o comportamento leitor nas crianças. Apresentar títulos e gêneros buscando a diversificação do repertório dos professores. Fazer uma leitura aprofundada das obras curriculares, debatendo o contexto histórico, a simbologia e o estilo dos títulos.

Atribuições Fisioterapeuta

- Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso, intervindo na prevenção, através da atenção primária e também em nível secundário e terciário de saúde por julgar o profissional habilitado para realizar procedimentos tais como: imobilizações de fraturas, mobilização de secreções em pneumopatas, tratamento de pacientes com AVC na fase de choque, tratamento de pacientes cardiopatas durante o pré e pós cirúrgico, analgesia através da manipulação e do uso da eletroterapia;
- Realizar atendimentos domiciliares em pacientes portadores de enfermidades crônicas e/ou degenerativas, pacientes acamados ou impossibilitados. Encaminhando à serviços de maior complexidade, quando julgar necessário;

- Prestar atendimento pediátrico a pacientes portadores de doenças neurológicas com retardo no DNPM (desenvolvimento neuropsicomotor), mal formações congênitas, distúrbios nutricionais, afecções respiratórias, deformidades posturais; pois com os procedimentos ou recursos fisioterápicos o número de hospitalizações pode ser reduzido, a progressão das lesões pode ser evitada ou acentuada e o desenvolvimento motor normal pode ser estimulado;
- Orientar os pais ou responsáveis, pois qualquer tratamento ou procedimento realizado em pediatria deve contar com a dedicação e a colaboração da família, para que este seja completo e eficaz;
- Realizar técnicas de relaxamento, prevenção e analgesia para diminuição e/ou alívio da dor, nas diversas patologias ginecológicas;
- No pré-natal e puerpério, devido as modificações gravídicas locais e gerais, o fisioterapeuta pode atuar nestas fases da vida da mulher realizando condicionamento físico, exercícios de relaxamento e orientações de como a gestante deve proceder no pré e no pós parto para que ela possa retornar às suas atividades normalmente;
- Na prevenção de câncer, o profissional pode orientar quanto ao diagnóstico precoce: papanicolau e auto exame das mamas. Realizar procedimentos ou técnicas fisioterápicas a fim de evitar as complicações da histerectomia e da mastectomia, incluindo drenagem linfática como forma de tratamento;
- Realizar programas de atividades físicas e psico-sociais com o objetivo de aliviar os sintomas dessa fase da vida da mulher, onde ela passa da fase reprodutiva para a não reprodutiva (climatério);
- Desenvolver atividades físicas e culturais para a terceira idade, para que o idoso consiga realizar suas atividades diárias de forma independente, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo as complicações decorrentes da idade avançada;
- Orientar a família ou responsável, quanto aos cuidados com o idoso ou paciente acamado;
- Desenvolver programas de atividades físicas, condicionamento cardiorespiratório e orientações nutricionais para o obeso, prevenindo com isso a instalação de enfermidades relacionadas a obesidade;
- Em patologias específicas, como a Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes melitus, Tuberculose e Hanseníase
- prescrever atividades físicas, principalmente exercícios aeróbicos, a fim de prevenir e evitar complicações decorrentes, prescrever exercícios/técnicas respiratórios para diminuir o tempo de internação hospitalar e prevenir deformidades que levam às incapacidades;
- Atuar de forma integral às famílias, através de ações interdisciplinares e intersetoriais, visando assistência e a inclusão social das pessoas, portadores de deficiências, incapacitadas e desassistidas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** As atribuições do profissional fisioterapeuta, evidenciadas neste estudo.

Atribuição do diretor

Espaço: Gerenciar a manutenção e organização da biblioteca, salas de leitura e demais espaços dedicados à Literatura na escola, atuando em parceria com professores e bibliotecários na catalogação dos volumes por gêneros e faixas etárias para facilitar o acesso e a busca pelas crianças.

Materiais / Administrativo / Financeiro: Gerenciar a compra, o recebimento e o reaproveitamento dos títulos, garantindo diversidade de gêneros e atualização constante do acervo. Disponibilizar materiais de apoio necessários e mobiliário adequado para os espaços de leitura e bibliotecas.

Equipe: Incluir o aumento do índice de leitura como meta da escola. Incentivar a leitura nas reuniões internas de planejamento e avaliação.

Comunidade: Incentivar a leitura em casa junto às famílias durante as reuniões de pais, da Associação de Pais e Mestres (APMs) ou do conselho escolar. Fazer parcerias com bibliotecas públicas e outras escolas para compartilhamento dos acervos. Disponibilizar o acervo da escola para comunidade aos finais de semana. Dispor revistas, livros e jornais na sala do diretor e do coordenador para que os pais façam leitura enquanto esperam atendimento.

Aprendizagem / Tempo: Assegurar o horário de planejamento dentro da rotina para que os docentes possam preparar aulas e atividades envolvendo a leitura literária. Apoiar a implantação de projetos institucionais de leitura garantindo material e espaço adequados para sua realização.

PROFESSORES: III (Artes e Educação Física)

Atribuições: Ministras aulas nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental I, inclusive na Educação de Jovens e adultos (EJA), visando à alfabetização e o desenvolvimento educacional do aluno;- elaborar atividades pedagógicas, utilizando documentação científica e outras fontes de informação; - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e as diretrizes da educação no Município; - zelar pela aprendizagem dos alunos; - aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação, baseando-se nas atividades desenvolvidas e na capacidade de aprendizagem da sala, para verificação do aproveitamento; - ministrar as aulas, transmitindo aos alunos conhecimento, aplicando testes, provas e outros métodos usuais de avaliação, baseando-se nas atividades desenvolvidas e na capacidade individual do aluno, para verificar o aproveitamento; - participar das atividades educacionais que lhe foram atribuídas por força de suas funções; - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;- assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;- incentivar o diálogo e a cooperação entre educando e a comunidade em geral visando a construção de uma sociedade democrática;- respeitar o aluno como sujeito do processo educativo; - elaborar boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos, anotando atividades efetuadas, métodos empregados e problemas surgidos, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento do curso; - participar do processo de planejamento, replanejamento, avaliação, exame final, execução de atividades escolares e avaliação das atividades escolares; - elaborar e executar a programação referente à regência de classes e atividades afins, conforme a proposta pedagógica e o regimento das Escolas Municipais de Ensino; - registrar sistematicamente a frequência dos alunos, notificando à direção e/ou a coordenação da escola o caso de faltas consecutivas e frequência irregular; - avaliar como diagnóstico e registro das dificuldades e/ou avanço dos alunos com a finalidade de redirecionar as ações e/ou práticas pedagógicas; - responsabilizar-se pelo processo de avaliação, recuperação e exame final dos alunos; - atender as convocações do Diretor ou da Coordenadoria Municipal de Educação;- executar outras atividades afins ou correlatas, de acordo com a orientação da Coordenadoria Municipal de Educação; - ministrar aulas de acordo com o calendário escolar e sua carga horária, além de outras atividades correlatas e compatíveis com o cargo.

ORIENTADOR SOCIAL:
Descrição sumária das atribuições do cargo:

Receber e ofertar informações e elaborar cadastros das famílias usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS; mediar processos grupais próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, ofertados pelo CRAS; participar das atividades de capacitação e formação continuada; participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS; mediar e facilitar os processos de socialização dos usuários e grupos do CRAS sob sua responsabilidade; desenvolver conteúdos e atividades que lhes são atribuídos na execução dos serviços sócio-assistenciais; participar de atividades com o familiar dos usuários do CRAS e atuar como interlocutor junto às escolas, na troca de informações, encarregando-se da articulação interinstitucional e atividades correlatas.

ANEXO II - CONTEÚDOS

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGOS: Coordenador Pedagógico, Fisioterapeuta, Diretor de Escola, Professor III – Especialista de sua área específica (Prof. Artes), Professor III – Especialista em sua área Específica (Prof. Educação Física), Orientador Social e Médico PSF

LINGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos verbais e linguagens não - verbais (fotos, canções, cenas de telenovela, etc.). Gêneros discursivos e tipologia textual. Variedades linguísticas. Fonologia (divisão silábica, tonicidade, encontros vocálicos, dígrafos, encontros consonantais e etc.). Ortografia oficial (dificuldades ortográficas, emprego do hífen, acentuação gráfica, etc.). Morfologia (estrutura e formação e classes de palavras, substantivos, adjetivos, artigo, numeral, pronome, classe verbal, formação e emprego de tempos verbais, formas e classes nominais, preposição, conjunção interjeição, etc.). Sintaxe (frase, oração, período e análise sintática, regência nominal e verbal, concordância nominal e verbal). Uso da Crase. Colocação pronominal (próclise, mesóclise, ênclise, etc.). Pontuação e acentuação. Semântica (sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, polissemia, denotação e conotação). Figuras de linguagem, de sintaxe e pensamento. Vícios de linguagem. Técnicas de Redação Oficial e de Redação Discursiva.

Referências Bibliográficas:

- * Português: linguagens (Ensino Médio), Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, Editora Atual
- * Gramática da Língua Portuguesa , Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante, Editora Scipione
- * Português Literatura, Gramática, Produção de Texto. Vol. Único, Leila Lauar Sarmiento e Douglas Tufano, Editora Moderna.
- * Gramática Objetiva da Língua Portuguesa, Renato Aquino, Editora Campus.

* Português Esquemático. Agnaldo Martino. Coord. Pedro Lenza. 2.^a Edição. Editora Saraiva.

MATEMÁTICA:

Operações no conjunto dos números reais; Equações do 1º e 2º grau; Razão e proporção; (Teorema de Tales); Trigonometria no triângulo retângulo (Teorema de Pitágoras); Circunferência; Cálculo de áreas e perímetros dos principais polígonos; Função quadrática; Estatística: Média Aritmética; Progressões; Polinômios; Porcentagem; Raciocínio lógico.

Referências Bibliográficas:

- * GIOVANNI e BONJORNO. Matemática Fundamental: uma nova abordagem. Volume único. São Paulo: Editora FTD, 2002.
- * DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. Vol. Único. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- * IEZZI, Gelson, DOLCE, Osvaldo, DEGENSZAJN, David,
- * PÉRIGO, Roberto & ALMEIDA, Nilze. Matemática – Ciências e Aplicações. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Atual, 2006.

BIBLIOGRAFIA

1. TEIXIDÓ, Manuel M. Escrever e ler -Volume I e II. Porto Alegre: Artmed, 2000.
2. DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita. Elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: Gêneros Oraís e escritos na escola. Campinas(SP): Mercado de Letras; 2004.
3. ECHEVERRÍA, M. P. P.; POZO, J. I. Aprender a resolver problemas e resolver problemas para aprender. In: POZO, J. I. (Org.). A solução de problemas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
4. FERREIRO, Emília. Com todas as letras. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
5. FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Editora Cortez, 1996.
6. FERREIRO, Emília. Cultura escrita e educação: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: Artmed, 2001.
7. FIORIN, J. L. In: Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.
8. GERALDI, J. W. Linguagem e Ensino. Exercícios de militância e divulgação. Campinas (SP): ALB - Mercado de Letras, 1996.
9. LATAILLE, Yves et alii. Piaget, Vygotsky, Wallon. Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992
10. LERNER, Delia. Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002
11. LERNER, D. e SADOVSKY, P. O sistema de numeração: um problema didático. In: PARRA, Cecília; SAIZ Irmã; [et al] (Org.). Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas. Tradução por Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 73-155.
12. NEMIROVSKY, Myriam. O Ensino da Linguagem escrita. Artmed, 2002.
13. SCHNEUWLY, Bernard. Palavra e ficcionalização: Um caminho para o ensino da linguagem oral. In "Gêneros Oraís e escritos na escola". Campinas(SP): Mercado de Letras, 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução.MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 2001.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas transversais .Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001

COORDENADOR - BIBLIOGRAFIA

1. - O Professor Coordenador Pedagógico como Mediador do Processo de Construção do Quadro de Saberes Necessários - Celso dos S. Vasconcellos http://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page4256.htm
2. - O coordenador pedagógico se consolida cada vez mais como formador, orientador de um trabalho coletivo e elo entre as pessoas, o projeto escolar e os conteúdos programáticos – Revista Educação – Edição 167 - Profissão: articuladorescolar <http://revistaeducacao.uol.com.br/formacao-docente/167/profissao-articulador->
3. - O professor coordenador pedagógico e a fragilidade da carreira docente - Maria José Da Silva Fernandes. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1535/1535.pdf>
4. - A relação entre o Coordenador Pedagógico e o Professor no cenário educacional. Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/a-relacao-entre-o-coordenador-pedagogico-e-o-professor-no-cenario-educacional/>
5. - Os 4 principais desafios do coordenador pedagógico - Revista Educação – edição 216/abril 2015. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/extos/216/sob-pessaoapesar-de-estar-ganhando-espaco-na-escola-o-coordenador-342475-1.asp>
6. - O Perfil do Coordenador Pedagógico. Fundação Victor Civita - Coordenação : Vera Maria Nigro de Souza Placco. Disponível em <http://www.fvc.org.br/pdf/coordenador->

1. Publicações Institucionais:

1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino fundamental de 9 anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>
2. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Caderno de orientações didáticas ler e escrever: tecnologias na educação. São Paulo, 2007. Disponível em: www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/biblioped
3. Referencial de expectativas para o desenvolvimento da competência leitora e escritora no ciclo II do ensino fundamental. São Paulo, 2006. Disponível em: www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/biblioped
4. Referencial sobre avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. São Paulo, 2007. p. 28 - 33; p. 50 - 56. Disponível em:

www.portaleducacao.prefeitura.sp.gov.br

5. Referencial sobre avaliação da aprendizagem na área da deficiência intelectual - RAADI. São Paulo, 2008. p. 10 - 34. Disponível em: www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/biblioped
6. Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

2 . Legislação

Legislação Federal:

1. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.
2. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigos 53 a 59 e 136 a 137.
3. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
4. Lei Federal nº 10.172, de 09/01/01 - Aprova o Plano Nacional de Educação.
5. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/03 - Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
6. Lei Federal nº 11.494, de 20/06/07 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
7. Resolução CNE/CEB nº 03/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
8. Resolução CNE/CEB nº 04/10 – Define Diretrizes Gerais para Educação Básica
9. Resolução CNE/CEB nº 07/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental

3. Livros e artigos

1. PERRENOUD, Phillipe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 5.
2. THURLER, Mônica Gather. Inovar no interior da escola. Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 2 e 4.
3. PERRENOUD, Philippe et al. (Orgs.). Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 9.
4. PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. Parte I: cap. 1 - 3.

5. HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.
6. HOFFMANN, Jussara. Avaliar: respeitar primeiro, educar depois. Porto Alegre: Mediação, 2008.
7. OLIVEIRA, Romualdo. Avaliações externas podem auxiliar o trabalho pedagógico da escola? In: EDUCAÇÃO: fazer e aprender na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008. Disponível em:
 - a. www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/bibliaped
8. COELHO, Maria Inês de Matos; COSTA, Anna Edith Bellico (Org.). A Educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 1.
9. COLL, Cesar. Aprendizagem escolar e construção de conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 1994. cap. 5 - 6.
10. OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, n. 12, p. 59 - 73, 1999.
11. ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002. cap. 1 - 3.
12. PERRENOUD, Phillipe. Escola e cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2005. cap. 1 e 4.
13. PARRA, Cecília. et al. Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996. cap. 5 - 7.
14. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
15. WEISZ, Telma. O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: Fisioterapeuta

1. Métodos e técnicas de avaliação, tratamento e procedimentos em fisioterapia; Provas de função Muscular;
2. Análise da marcha, cinesiologia, biomecânica;
3. Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício, fisiopatologia, semiologia, procedimentos fisioterápicos nas áreas neurológicas, neuropediátricas, ortopedia e traumatologia, cardiologia, ginecologia e obstetrícia, geriatria - prevenção, cura e reabilitação;
4. Indicação, contra indicação, exercícios terapêuticos e treinamento funcional, e efeitos fisiológicos da hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, crioterapia, eletroterapia, termoterapia; Prescrição e treinamento de órteses e próteses.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- Propedêutica Neurológica Essencial - Ivanilton Galhardo

- Fisioterapia Avaliação E Tratamento - Susan B. O'Sullivan e Thomas J. Schmitz
- Neuroanatomia Funcional - Angelo Machado
- Propedêutica Ortopédica Coluna E Extermidades - Stanley Hoppenfeld
- Manual Clínico Do Fisioterapeuta Pneumo Funcional - Renata Cristina de Angelo Calsaverini Leal

- Anatomia Humana Básica - Alexandre P. Spence
- Lesões No Esporte Uma Abordagem Anatômica - Brad Walker
- Eletroterapia Clínica - Roger M Nelson; Karen W. Hayes e Dean P. Currier
- Prática Da Reabilitação Musculoesquelética - Princípios e Fundamentos Científicos - David J. Magee; James E. Zachazewski e William S. Quillen

DIRETOR DE ESCOLA - BIBLIOGRAFIA

ESPECÍFICA PARA O CARGO

1. - TEIXEIRA, Marilza Aparecida Pereira - Formação Para Diretor Escolar Da Educação Básica: Programa Nacional Escola De Gestores No Estado Do Paraná. Capítulos 05 ao 13.
2. - PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente?. São Paulo: Cortez, 2015.
3. -MANTOAN, M^a Teresa Egler, Para uma Escola do Seculo XXI: UNICAMP BCCL - 2013
4. -FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8^a ed. São Paulo: Cortez, 2013.
5. -SOVERAL, Cristiana e PASZKIEWICZ - Gestão flexível do currículo: a real dimensão da diferenciação curricular – Universidade Nova – Portugal. Disponível em:
6. http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista01/gestao_flexivel.
7. - SILVA, Antônio Fernando Gouvêa. A Busca do tema gerador na práxis da educação popular. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. Disponível em:
8. http://recid.redelivre.org.br/files/2011/02/a_busca_tema_gerador.pdf
9. - OLIVEIRA, João Ferreira de – UFG, MORAES, Karine Nunes de – UFG e DOURADO, Luiz Fernandes – UFG - Políticas e Gestão na Educação - Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. Disponível em:
10. <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4->

ala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf

11. Políticas e Gestão na Educação - O diretor, o conselho escolar e a gestão democrática na escola. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_6.pdf
12. - NEVES, Welteman Lopes. O papel do diretor escolar frente à educação contemporânea: os desafios da gestão na escola. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/O-PAPEL->
13. - DO-DIRETOR-ESCOLAR-FRENTE-%C3%80-EDUCA%C3%87%C3%83O-CONTEMPOR%C3%82NEA- OS-DESAFIOS-DA-GEST%C3%83O-NA-ESCOLA.aspx
14. - Projeto Vivencial - Projeto Político-Pedagógico: dimensões conceituais. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/dimensoesconceituais.pdf
15. - MANTOAN, M^a Teresa Egler. Inclusão Escolar–O que é? Por quê? Como fazer? 1^a ed. São Paulo: Summus, 2015.
16. - Luckesi, Cipriano Carlos. A base ética da avaliação da aprendizagem na escola; website em <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>

BIBLIOGRAFIA GERAL

Documentos Institucionais.

1. - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos –EJA. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 05/07/2000. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>
2. - BRASIL. MEC 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>
3. - BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura. / Antonio Flávio Barbosa Moreira; Vera Maria Candau. Brasília: MEC/SEB, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>
4. - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 –Resolução n.º 7 MEC/CEB –14/12/2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica
5. - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, páginas 6 a 79. Disponível em

[Http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=11](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12663&Itemid=11)

6. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e Inclusão – Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212
7. -diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192 2.
8. - Legislação Federal e Norma Lei nº 9.394/1996, de 20 /12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm
9. - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (Artigos 5º, 37 a 41, 205 a 214, 227 a 229). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
10. - Lei Federal nº 13005/2014, de 25/06/2014 – Plano Nacional de Educação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm
11. - Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Artigos 53 a 59 e 136 a 137. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
12. - Lei Federal n.º 10.639, de 09/01/2003 – Altera a Lei n.º 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
13. - Lei Federal n.º 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b110756561cd26fd03256ff500612662/d90ceaabbce5b62e03256a0e00649212?OpenDocument>
14. - Lei nº 11.947/2009, de 16/06/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm
15. - Lei Federal n.º 11.645, de 10/03/2008 – Altera a Lei n.º 9.394/96, modificada pela Lei n.º 10.639/03, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da

temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

16. - Lei Federal n.º 12.796, de 04 de abril de 2013 –Altera a Lei n.º 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm

17. Resolução CNE/CEB n.º 02/01 –Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

18. - Decreto n.º 6.949/09 –Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

19. - Resolução CNE/CEB n.º 05/09 –Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb-2009&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866

20. - Resolução n.º 04/10 -Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf 21- Publicações: REVISTA MAGISTÉRIO 1 –Aonde anda a aula?. São Paulo: SME/DOT, 2014. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/projetos/revistamagisterio/documentos/RevistaMagiste>

21. -REVISTA MAGISTÉRIO 2 –A aula expandida. n. 2. São Paulo: SME/DOT, 2014. Disponível

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/revistamagisterio/Documentos/Revista%20Magisterio%202.pdf>

22. -REVISTA MAGISTÉRIO 3 –O Aluno. n. 3. São Paulo: SME/DOT, 2014. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es2014/revista%20magisterio3.pdf>

23. -REVISTA MAGISTÉRIO 4 –Avaliação um direito do aluno. n. 4. São Paulo: SME/DOT, 2015.

Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/14872.pdf>

24. - 4. Livros e artigos FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia–Saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

25. - HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

26. -LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
27. -LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez,
28. -THURLER, Mônica Gather. Inovar no interior da escola. Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 2 e 4.
29. -PERRENOUD, Philippe et al. (Orgs.). Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001. cap. 9.
30. - BONAMINO, Alicia; SOUZA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
31. -PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). Professor Reflexivo no Brasil—gênese e crítica de um conceito. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
32. - ROPOLI, Edilene A. et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
33. - SACRISTÁN, Jose Gimeno (org). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARTES

A – Bibliografia Comum:

I - Livros e Artigos

1. AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 8. ed., São Paulo: Summus, 1996. Capítulo 3: “A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento”, de AQUINO, Júlio Groppa; Capítulo 5: “Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola”, de GUIMARÃES, Áurea Maria e Capítulo 10: “A indisciplina como matéria do trabalho ético e político”, de FRANÇA Sônia A. Moreira;
2. CARVALHO, Rosita Edler. “Educação Inclusiva: do que estamos falando?” In: Revista Educação Especial, número 26, 2005 – p. 1-7. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31127396003>
3. CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 14. ed., São Paulo, Cortez, 2011.
4. TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/gratuita.html>
5. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010.

6. ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003. Capítulos 1, 2 e 4.
7. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2004
8. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.
9. PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000. Capítulos 1, 3 e 4.
10. RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
11. SILVA, Marco. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
12. POZZO, Juan Ignacio (Org.). A solução de problema: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

II- REFERENCIAIS LEGAIS

1. Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.
2. Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Lei Federal n.º 8069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Parecer CNE/CEB n.º 04/98 - Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.
5. Indicação CEE n.º 08/2001-Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
6. Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.
7. Deliberação CEE n.º 05/00 e Indicação CEE n.º 12/99 - Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na educação básica do sistema estadual de ensino.
8. Decreto Estadual Nº 55.588, de 17 de março de 2010 - Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>

B - Bibliografia Específica

I - Livros e Artigos

1. Brandão, Octávio (urvbu) A Grande Festa da Casa de Chá - Um Espetáculo Literário.

2. Bertoche, Gustavo: A obra de arte segundo Heidegger. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2006;
3. Coutinho, Rejane Galvão: O educador pesquisador e mediador: questões e vieses. Caminhos, maio de 2013.
4. Souza, Cleyde Anne de Almeida. Arte na Escola: Uma Possibilidade de Humanização.
5. Coletto, Daniela Cristina: Importância da Arte para a Formação da Criança - Revista Conteúdo - Artigo, Capivari, v.1, n.3, jan./jul. 2010
6. Furegati, Jussara da Penha. Arte Contemporânea: Uma Possibilidade para Alfabetização Visual. Barretos – SP 2012
7. Freitas, Joselaine Borgo Fernandes: ARTE É CONHECIMENTO, É CONSTRUÇÃO, É EXPRESSÃO.

II - Publicações Institucionais

1. Parâmetros curriculares nacionais - Arte. Ministério Da Educação e do Desporto Secretaria De Educação Fundamental. Disponível em: <http://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-06-arte.pdf>
2. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>
3. Currículo do Estado de São Paulo: Educação Física. In: Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias. 1. ed., São Paulo: SE, 2012, p. 07-20, p.143-155. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portais/43/Files/LCST.pdf>
4. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf
5. Educação como Exercício de Diversidade: Brasília, maio de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
6. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes: Unesco, Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
7. Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais do XV Confaeb. Unesco, Ministério da Educação - Brasília, dezembro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=640-vol11confaeb-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
8. Proposta Curricular de Arte – EJA - vol3: Arte na Educação de Jovens e Adultos, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento>

Penso, 2013. Educação Física

A – Bibliografia Comum:

I - Livros e Artigos

1. AQUINO, Júlio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 8. ed., São Paulo: Summus, 1996. Capítulo 3: “A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento”, de AQUINO, Júlio Groppa; Capítulo 5: “Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola”, de GUIMARÃES, Áurea Maria e Capítulo 10: “A indisciplina como matéria do trabalho ético e político”, de FRANÇA Sônia A. Moreira;
2. CARVALHO, Rosita Edler. “Educação Inclusiva: do que estamos falando?” In: Revista Educação Especial, número 26, 2005 – p. 1-7. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127396003>
3. CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 14. ed., São Paulo, Cortez, 2011.
4. TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/gratuita.html>
5. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010.
6. ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003. Capítulos 1, 2 e 4.
7. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2004
8. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.
9. PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000. Capítulos 1, 3 e 4.
10. RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
11. SILVA, Marco. Sala de aula interativa. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
12. POZZO, Juan Ignácio (Org.). A solução de problema: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

II- REFERENCIAIS LEGAIS

1. Constituição da República Federativa do Brasil - promulgada em 5 de outubro de 1988. Artigos 5º, 37 ao 41, 205 ao 214, 227 ao 229.
2. Lei Federal n.º 9394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Lei Federal n.º 8069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Parecer CNE/CEB n.º 04/98 - Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.
5. Indicação CEE n.º 08/2001-Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
6. Parecer CNE/CEB n.º 17/2001 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.
7. Deliberação CEE n.º 05/00 e Indicação CEE n.º 12/99 - Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na educação básica do sistema estadual de ensino.
8. Decreto Estadual Nº 55.588, de 17 de março de 2010 - Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>

B - Bibliografia Específica

I - Livros e Artigos

1. BETTI, Mauro. Imagem e ação: a televisão e a Educação Física escolar. In: _____ (Org.) Educação Física e mídia: novos olhares, outras práticas. São Paulo: Hucitec, 2003.
2. BORGES, Cecília. A formação de docentes de Educação Física e seus saberes profissionais. In: BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean François (Org.). Saber, formar e intervir para uma Educação Física em mudança. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 157-190.
3. CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. O professor diante das relações de gênero na educação física escolar. São Paulo: Cortez, 2012.
4. DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. 13. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2010.
5. GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe e GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.
6. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 13 ed., São Paulo: Cortez, 2010.
7. KUNZ, Eleonor. Transformação didático-pedagógica do esporte. 7. ed., Ijuí: Unijuí, 2010.
8. LOMAKINE, Luciana. Fazer, conhecer, interpretar e apreciar: a dança no contexto da escola. In: SCARPATO, Marta (Org.). Educação Física: como planejar as aulas

na educação básica. São Paulo: Avercamp, 2007, p. 39-57.

9. PALMA, A. Atividade física, processo saúde-doença e condições socioeconômicas. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 97-106, 2000.
10. SCHIAVON, Laurita Marconi; NISTA-PICOLLO, Vilma Leni. Desafios da ginástica na escola. In: MOREIRA, Evando Carlos. (Org.). Educação Física escolar: desafios e propostas 2. Jundiaí: Fontoura, 2006, p.35-60.
11. STIGGER, Marco Paulo. Educação Física, esporte e diversidade. Campinas: Autores Associados, 2005.

II - Publicações Institucionais

1. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEB, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>
2. Currículo do Estado de São Paulo: Educação Física. In: Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias. 1. ed., São Paulo: SE, 2012, p. 27-29, p. 223-259. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/237.pdf>
3. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf
4. Educação como Exercício de Diversidade: Brasília, maio de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
5. Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes: Unesco, Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

ORIENTADOR SOCIAL

Bibliografia: Estatuto da Criança e do Adolescente; Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais - Resolução 109 de 11 de Novembro de 2009, Estatuto do Idoso- Lei 10.741, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS 8.742/93 -, Lei nº. 12.435/2011, Política Nacional de Assistência Social e Política Nacional da Juventude, conteúdos relacionados- Site do Ministério do Desenvolvimento Social - www.mds.gov.br, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, PAIF - (disponível no site <http://www.mds.gov.br>). Código de Ética do Assistente Social - Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993

MÉDICO

Bibliografia Específica

Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência

Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarreia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatoide, Febre Reumática, Artrites Soro negativas), Distúrbios do Equilíbrio Acidobásico, Distúrbios Hidroeletrólíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB/96) e Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS (NOAS/SUS 01/2002). Código de ética da profissão. Lei 8.080 e Lei 8.142.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assistência pré-natal - Manual técnico. Ministério da Saúde, Brasília, 2000.

Caderno de Atenção Básica n. 8 – Violência Intrafamiliar – Orientações para a prática em serviço. Ministério da Saúde, Brasília, 2002.

Caderno de Atenção Básica n. 9 – Dermatologia na atenção básica de saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2002.

Caderno de Atenção Básica n. 11 – Saúde da Criança – Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Ministério da Saúde, Brasília, 2002.

Caderno de Atenção Básica n. 12 – Obesidade. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 13 – Controles dos cânceres do colo do útero de da mama. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 14 – Prevenção Clínica de Doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 15 – Hipertensão arterial sistêmica. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 16 – Diabetes Mellitus. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 18 – HIV/AIDS, Hepatites e outras DST. Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 19 – Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

Ministério da Saúde, Brasília, 2006.

Caderno de Atenção Básica n. 20 – Carências de Micronutrientes. Ministério da Saúde, Brasília, 2007.

Caderno de Atenção Básica n. 21 – Vigilância em saúde – Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Ministério da Saúde, Brasília, 2008.

Caderno de Atenção Básica n. 22 – Vigilância em saúde – Zoonoses. Ministério da Saúde, Brasília, 2009.

Caderno de Atenção Básica n. 23 – Saúde da Criança: Nutrição Infantil – Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Ministério da Saúde, Brasília, 2009.

Caderno de Atenção Básica n. 24 – Saúde na Escola. Ministério da Saúde, Brasília, 2009.

Caderno de Atenção Básica n. 25 – Doenças Respiratórias Crônicas. Ministério da Saúde, Brasília, 2010.

Caderno de Atenção Básica n. 26 – Saúde sexual e Saúde reprodutiva. Ministério da Saúde, Brasília, 2010.

Caderno de Atenção Básica n. 27 – Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Ministério da Saúde, Brasília, 2010.

Caderno de Atenção Básica n. 28 – Acolhimento à demanda espontânea. Ministério da Saúde, Brasília, 2011.

Caderno de Atenção Primária n. 29 – Rastreamento. Ministério da Saúde, Brasília, 2010.

Caderno de Atenção Primária n. 30 – Procedimento. Ministério da Saúde, Brasília, 2011.

Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990.

Manual de Controle das Doenças Sexuais Transmissíveis – DST. 4ª edição, Brasília, 2006.

Manual de Normas de Vacinação – FUNASA. Ministério da Saúde. Brasília, junho de 2001.

Manual de Recomendações para o controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde, Brasília, 2011.

Manual instrutivo: Saúde mais perto de você – Acesso e qualidade. Programa nacional de melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica (PMAQ). Ministério da Saúde, Brasília, 2012.

Projeto Diretrizes – Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina – Diretrizes de Hipotireoidismo e Hipertireoidismo.

SUS – Princípios e Conquistas. Ministério da Saúde. Brasília, dezembro 2010.

ANEXO III

ETAPAS DO CONCURSO

ATENÇÃO CANDIDATOS: Em nome da transparência que sempre norteou as ações desta Prefeitura Municipal e considerando a salutar publicidade dos prazos programados para o desenvolvimento das etapas deste concurso, apresentamos o respectivo cronograma, que servirá como instrumento de orientação à sua participação no certame. No entanto, trata-se de cronograma provável, podendo se confirmar ou não, a depender de variáveis inerentes ao processo, tais como: número de candidatos inscritos, número de recursos apresentados, cumprimento de prazos, ocorrência simultânea de outros certames, entre outros.

CRONOGRAMA PREVISTO	
ETAPA I	
<u>ATO/EVENTO</u>	<u>DATA PREVISTA:</u>
Publicação do Edital	30/04/2016
ETAPA II	
Abertura das Inscrições	02/05/2016

Encerramento das Inscrições	13/05/2016
Homologação das Inscrições	16/05/2016
Prazo Recursal (inscrições)	18/05/2016
ETAPA III	
Realização das Provas Objetivas	05/06/2016
ETAPA IV	
Divulgação do Gabarito	07/06/2016
Prazo recursal (questões da prova objetiva)	09/06/2016
Divulgação da Lista de Classificação	10/06/2016
Prazo recursal nota	15/06/2016
ETAPA V	
Homologação do Concurso	Em até 10 (dez) dias após a divulgação dos resultados finais
<p>Observação: As datas deste cronograma são previstas e poderão sofrer alterações a qualquer momento. Somente serão confirmadas após publicação dos Editais nos meios descritos no Item 4.</p>	